

## ***Brasil, sociedade em movimento***

*De Pedro de Souza (organização)*

Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra e Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2015.

**|| Fernando Augusto Mansor de Mattos<sup>1</sup>**

**B**rasil, *sociedade em movimento* marca a comemoração dos 10 anos do Centro Celso Furtado e sua temática é o desenvolvimento econômico em todas as suas dimensões. A diversidade dos temas abordados reflete a variedade de discussões feitas em dezenas de seminários, encontros, livros organizados pelo Centro nestes dez anos, bem como as bolsas de estudos por ele concedidas a estudantes e pesquisadores de vários temas. O contexto em que os artigos reunidos neste livro foram elaborados marcou-se pelas indagações e preocupações suscitadas durante as manifestações de junho de 2013 (inicialmente conduzidas por protestos pelo transporte público gratuito), mas que se desdobraram em outras, a maior parte exibindo símbolos e comportamentos tipicamente fascistas.

O texto introdutório de João Antônio de Paula já anuncia a diversidade de temas e o rigor

acadêmico com que os assuntos são tratados. Professor e pesquisador do Cedeplar, o autor analisa em *Brasil: passado e futuro*, com marcante erudição, a História do Brasil e seus desdobramentos políticos e sociais. Salienta, entre outros fatos importantes, que o Brasil, a despeito de poder ser considerado um país “moderno, industrializado e urbanizado”, não logrou construir um Estado de bem-estar, conforme ocorreu nos países hoje considerados desenvolvidos. Por meio dos processos da Independência, da Abolição e da Proclamação da República, ele procura identificar os fatores que explicam a enorme e marcante desigualdade que caracteriza a sociedade brasileira desde sempre. Os fatos históricos descritos e analisados pelo autor revelam que as forças reacionárias sempre lograram sucesso em manter ou reconfigurar as relações de poder que garantiam seus privilégios e, em uma palavra, a desigualdade. Quando trata do século XX, deixa clara a complexidade da sociedade brasileira, lembrando que a industrialização e o crescimento econômico não bastaram para torná-la menos desigual. Os paradoxos brasileiros e as diversas formas de desigualdade analisadas no texto de João Antônio de Paula projetam para o leitor a variada gama de assuntos de que trata o livro.

*Brasil, sociedade em movimento* está composto de sete seções: Desafios contemporâneos; Direito à cidade, políticas públicas e desenvolvimento; Desigualdade; Novas formas de viver; Conviver com a Terra; Alianças e conflitos; Desenvolvimento, trabalho e poder financeiro.

A primeira seção se inicia com o artigo *Desenvolvimento como processo civilizador*, de Gabriel Cohn, professor titular aposentado da USP,

1. Programa de pós-graduação em economia da UFF. E-mail: fermatt1@hotmail.com

que propõe uma discussão mais ampla do processo de desenvolvimento do que aquela habitualmente proposta pelos economistas. Ele defende a ideia de que o desenvolvimento deve ser pensado como “um processo civilizador”, um processo social abrangente a ser pautado por uma índole democrática. Registra a similaridade de sua concepção com a formulada por Furtado, que notadamente no livro *Criatividade e dependência na civilização industrial* afirma que “a criatividade se identifica com a liberdade”. Lembra que para mestre Furtado a criatividade cultural é um subproduto da civilização industrial e uma dimensão decisiva da vida social que se vê transformada pelo progresso econômico. A visão abrangente de Cohn a respeito do caráter que deve(ria) ter o processo de desenvolvimento supõe também a concepção de “respeito mútuo nas relações”. Certamente inspirado nos eventos de junho de 2013, ou, mais ainda (e pior...), nos seus desdobramentos dados pelas forças reacionárias que logo a seguir saíram às ruas, o autor chama a atenção para a necessidade da tolerância, mas sem prescindir da busca pela igualdade.

O artigo *Revolução tecnológica, riscos existenciais e a questão do humano*, de Hermínio Martins, pesquisador honorário do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, trata da evolução tecnológica ocorrida desde as últimas décadas do século passado, na esteira da Revolução Informacional/Computacional/Digital. Martins faleceu em setembro de 2015 e não pôde ver impresso o texto que enviou para este livro. Certamente foi um de seus últimos ensaios — senão o último. Nele, busca avaliar os efeitos ecológicos, sociais e climáticos dessa revolução, concluindo pela necessidade de uma discussão a respeito dos efeitos das TICs no convívio cotidiano e nas

questões éticas dessas tecnologias, que incluem a própria reprodução humana.

No ensaio *Promover a felicidade no lugar da economia: a alternativa de desenvolvimento adotada no Reino do Butão*, o economista ecológico Clóvis Cavalcanti toma como referência um minúsculo país asiático — que, entre outras peculiaridades, caracteriza-se por não ser um Estaco laico — para apresentar o Novo Paradigma de Desenvolvimento, documento proposto pelo governo butanês. Este documento propõe um Produto Interno Bruto (PIB) baseado no bem-estar da população e suas formas de vida. O ponto principal da proposta é discutir o uso de recursos naturais, sem esquecer que os mesmos são esgotáveis. Em resumo, o modelo proposto, definido pelo conceito de Felicidade Nacional Bruta (FNB), “significa a criação de uma sociedade *iluminada*, na qual a felicidade e o bem-estar de todas as pessoas e de todos os seres *sencientes [sic]* é o propósito último da governança”.

A segunda seção tem como linha geral uma discussão a respeito do papel das mudanças promovidas pela democratização decorrente da Constituição de 1988 e seus efeitos recentes sobre a sociabilidade nas grandes metrópoles brasileiras, com destaque para o período Lula. Em *Impasse político brasileiro*, Marcio Pochmann chama a atenção para o fato de que houve, nos 12 anos do Partido dos Trabalhadores no governo federal, uma trajetória de redução de desigualdades, o que contrastou com a maioria das economias capitalistas avançadas no mesmo período. O autor traça uma perspectiva histórica comparada de dois fatores: *i*) a existência (ou não) de democracia; e *ii*) a trajetória do crescimento econômico (acompanhada, ou não, de melhoria do perfil distributivo).<sup>2</sup> Lembra

2. Cf. artigo de minha autoria, sobre a interpretação do processo histórico de desenvolvimento econômico no Brasil e seus efeitos sobre o perfil de distribuição da renda do trabalho. MATTOS, F.A.M. Distribuição de Renda no Brasil: meio século de desigualdade (1960-2012). In: *Insight Inteligência*, n. 70, jul/ago/set. 2015.

que, nos anos 1960 e 1970, houve significativo crescimento econômico, mas ausência de democracia e (não por acaso) inexistência de uma preocupação explícita do governo federal com políticas distributivas. Nas décadas finais do século XX, porém, houve democratização, mas a ausência de crescimento econômico impediu a efetiva melhoria do perfil distributivo. Somente a partir dos anos 2000 o Brasil logrou conciliar crescimento econômico, democracia e melhoria do perfil distributivo. Antenado com o momento político atual, o autor chama a atenção para o fato de que o impasse político em que se encontra o país pode ser, em boa parte, explicado justamente por essa trajetória de inclusão social e mudança de perfil distributivo ocorrida nos anos recentes. Partindo de pesquisa elaborada pela Fundação Perseu Abramo sobre as manifestações de março de 2015, Pochmann postula que a de 15 de março, contra Dilma, era formada por pessoas incomodadas com as recentes mudanças sociais ocorridas no Brasil. A democratização do ensino superior representa o maior ponto de desgosto dessa minoria privilegiada.

Em *Déficit de representação ou falta de consensos mínimos: o que paralisa as políticas?*, Marta Arretche, titular do Departamento de Ciência Política da USP, destaca a peculiaridade das manifestações de junho de 2013, que ocorreram em um contexto “de sustentada queda dos níveis de pobreza, redução das desigualdades de renda e pleno emprego”, enquanto a história do Brasil registra centenas de outras manifestações ocorridas em contexto de crise econômica. Essa “novidade”, a seu ver, seria expressão de uma “dissociação entre os anseios da sociedade brasileira e nossas instituições políticas”, e também de uma “dissociação entre o Partido dos Trabalhadores e os movimentos populares”. Ou seja, de um lado estaria em jogo uma fratura do sistema partidário, com efeitos sobre a qualidade da representação popular; de outro, estaria o fato de que o PT, transformando-se

no principal partido de sustentação do governo nos últimos anos, teria se afastado dos movimentos sociais que lhe deram lastro e razão de ser desde a sua fundação. Os ganhos sociais obtidos nos anos recentes — desde que o PT assumiu o governo federal — acabaram aumentando as expectativas de parte da população, que passou a exigir melhores políticas públicas. Pois, como conclui, a ampliação do consumo individual não é suficiente para que o cidadão brasileiro se sinta satisfeito com a evolução de sua qualidade de vida.

Em *As metrópoles brasileiras e a globalização neoliberal*, Ermínia Maricato discute os efeitos da globalização, sob o ideário neoliberal, sobre as metrópoles brasileiras. Salienta o papel da chamada Nova Escola do Urbanismo, que reúne pesquisadores e professores de planejamento urbano a ativistas sociais no intuito de discutir os problemas das cidades e estratégias de democratização do espaço urbano. Destaca o paradoxo criado pela recente expansão econômica, que redundou em alta dos preços dos terrenos e dos imóveis, dificultando a instalação de moradias de qualidade para os mais pobres em áreas antes por eles ocupadas (mesmo que precariamente). E chama atenção para a necessidade de regulação do uso do solo e da ampliação planejada dos gastos do setor público em atividades de habitação, mas também de saneamento e de transporte urbano, como forma de democratizar o espaço urbano. Por fim, registra o poder exercido pelo capital imobiliário, pelas empresas de construção civil e pela indústria automobilística sobre a vida urbana cotidiana, tornando a vida das pessoas menos racional nas cidades, além de ambientalmente inadequada. O último parágrafo de seu artigo abre, porém, espaço para certa esperança, pois já existem aspectos jurídicos/administrativos, e também institucionais, que permitiriam uma reforma urbana que torne as metrópoles mais democráticas. Para isso seria necessária uma

atuação política dos grupos organizados em torno da Nova Escola do Urbanismo, tentando inverter a atual relação de forças.

No artigo seguinte, *O mito do desenvolvimento econômico da era Lula*, Vladimir Safatle também faz ponderações a respeito da propalada melhoria do perfil distributivo do período Lula. Lança mão de uma leitura do livro *O mito do desenvolvimento econômico*, de Celso Furtado, para lembrar a necessidade de o desenvolvimento econômico ser acompanhado de criatividade social. O autor não reconhece que o Brasil tenha tido, na era Lula, políticas de combate à desigualdade. Segundo ele, houve apenas “políticas de capitalização da classe mais pobre”. Safatle critica o fato de o governo Lula não ter enfrentado as desigualdades impostas pelo sistema tributário, frisando que o governo não criou impostos sobre as classes de altas rendas e riqueza, não aumentou o imposto sobre o consumo conspícuo e não mexeu na taxa de heranças e de grandes fortunas. Ademais, não houve avanços perceptíveis na qualidade da saúde pública e dos transportes de massa. Por fim, tece críticas ao que certa parte da imprensa e certos segmentos da academia chamaram de “nova classe média”, alertando que estas pessoas ainda são, na verdade, trabalhadores pobres.

Fecha a seção o artigo do professor titular da Faculdade de Direito da USP, Gilberto Bercovici. Seu texto — *A questão social, a Constituição de 1988 e os desafios do desenvolvimento* — aponta para os avanços sociais viabilizados pela Constituição de 1988, mas alerta para as dificuldades históricas que caracterizaram a tentativa de o Estado social brasileiro “instaurar uma sociedade de bem-estar”. A principal contradição da ação estatal no Brasil, segundo se depreende da leitura do artigo, é que “no Brasil [...] o Estado foi forte para disciplinar o trabalho e a cidadania,

porém, fraco perante o poder econômico privado”. Ressaltando de modo mais explícito o que os demais artigos da seção já defendiam, o autor exalta o papel da democracia e a necessidade de seu fortalecimento para que se possa lograr a almejada homogeneização social.

A seção seguinte discute de forma sistematizada o tema da “Desigualdade”, assim simplesmente denominada. O conjunto de artigos que a integram abarca diferentes aspectos do fenômeno que, como se sabe, é tão complexo de ser enfrentado quanto multidimensional em sua natureza. No primeiro artigo, *Podemos falar de menos desigualdade de renda na América Latina nos anos 2000?*, Pierre Salama, professor emérito da Universidade de Paris XIII, centra sua análise na desigualdade de renda, ressaltando que na América Latina dos anos 2000 — notadamente nos países dirigidos por governos progressistas — essa forma de desigualdade diminuiu, o que contrasta com o ocorrido nos países desenvolvidos. Registra, porém, que o efeito dos impostos diretos líquidos de transferências sobre a desigualdade continua tênue, contrastando com os países desenvolvidos, onde o sistema tributário é progressivo e corrige em parte as desigualdades geradas no mercado de trabalho. Seu estudo identifica aspectos que representam, por si sós, uma agenda de pesquisas para os estudiosos do tema da desigualdade. O autor avalia a evolução recente da renda e sua distribuição no Brasil, lançando mão de diferentes conceitos, e da incidência de impostos diretos e indiretos. Sublinha que as PNADs subestimam as rendas do topo da distribuição. As rendas dos mais ricos — no Brasil, como em todos os países capitalistas do mundo, conforme mostram os recentes estudos de Thomas Piketty — dependem não apenas de rendimentos do trabalho, mas também de fluxos de renda oriundos da posse de ativos mobiliários e imobiliários, de

tal forma que, ao serem estas rendas subestimadas nas declarações verbais para pesquisas domiciliares, o indicador de desigualdade obtido fica aquém da realidade.

Salama ainda lembra que, na maioria dos países latino-americanos — e o Brasil não é exceção —, a política tributária é injusta, por se apoiar principalmente na cobrança de impostos indiretos, o que distorce a justiça tributária, uma vez que os ricos desses países, em comparação com os ricos dos países desenvolvidos, pagam muito menos impostos.

Na mesma linha crítica à evolução recente do perfil distributivo no Brasil, o artigo *Brasil 2000: mais consumo, pouca redistribuição*, de Lena Lavinas, professora da Faculdade de Economia da UFRJ, inicia-se citando trabalho clássico de Fernando Fajnzylber, em que o célebre economista chileno afirma que a modernidade de uma sociedade deve ser medida menos pelos produtos consumidos, e mais pela maneira como os bens de consumo são avaliados e adquiridos. Lavinas questiona a suposta emergência de uma “sociedade de classe média” nos países latino-americanos, discurso apologético que também deitou raízes no Brasil. Alerta para o fato de que o padrão de consumo, que caracterizou a economia brasileira nos anos recentes, repousou em crescente financeirização do crédito — ou seja, a inclusão de milhões de famílias no mercado de crédito (em princípio algo positivo, pois em grande parte derivado da formalização das relações de trabalho) ocorreu ao lado de uma altíssima taxa real de juros e elevados *spreads* bancários. As famílias passaram a comprometer crescentes parcelas de sua renda com o pagamento de juros, transferindo, assim, em 2015, quase metade da renda para o sistema financeiro nacional, enquanto em 2006 esse percentual (que já era alto) estava no patamar de 22%. Ademais, a autora nota que a evolução da posse de certos bens de consumo cresceu

muito mais do que o acesso a serviços públicos fundamentais, como educação e saúde, objetos de crescente mercantilização nos últimos anos, o que promove exclusão de acesso aos mesmos. Daí ela formular o conceito de “convergência truncada”, que resume agudamente os instigantes argumentos presentes em seu estudo.

Também tomando como referência as iniquidades do sistema fiscal brasileiro, Denise Lobato Gentil, professora do Instituto de Economia da UFRJ, em seu artigo *Política fiscal no primeiro governo Dilma Rousseff: contribuição à desaceleração e à concentração de renda* problematiza as dificuldades enfrentadas nesse período para dinamizar a economia com base na estratégia de desonerações tributárias e manutenção dos gastos sociais. Mostra que a redução das despesas de consumo do governo concentrou-se no item de gastos com pessoal. Se houve expansão de um ponto percentual do PIB no total de gastos com custeio, esse movimento expansionista não teve significativo impacto macroeconômico, porque nas esferas estaduais e municipais o comportamento desse tipo de gasto foi bem menos expansivo. Quanto aos investimentos do governo central, este exibiu um comportamento “errático”, oscilando de ano a ano, mas, no conjunto do período, houve uma queda brutal dos mesmos, notadamente se comparados com o segundo mandato de Lula. Fica implícita a crítica ao governo federal de abrir mão de uma estratégia de expansão dos gastos públicos como aposta para recuperar o crescimento econômico. De forma implícita (e elegante), a autora parece revelar certo descontentamento com a evolução do perfil dos gastos com saúde pública, com a redução da presença do Estado e a ampliação do setor privado nos gastos do SUS. Nas conclusões, a autora espeta seus comentários precisamente em um tema fundamental da análise macroeconômica que se faz do primeiro mandato de Dilma Rousseff: os motivos

para as desonerações tributárias não terem sido capazes de promover a expansão dos investimentos privados, conforme parecia ser a avaliação do governo entre 2011 e 2014.

Ligia Bahia, professora do Instituto de Saúde Coletiva e da Faculdade de Medicina da UFRJ, brinda a publicação com artigo *O SUS de pé, mas combalido*, em que analisa o sistema público universal de saúde brasileiro. Assevera ser o SUS um sistema muito bem concebido pela Constituição de 1988 e que se caracteriza pelo caráter exemplar em termos de ações universais. Considera, porém, que o mesmo tem problemas, notadamente por causa de suas fontes de financiamento, insuficientes para atender com qualidade ao objetivo universalista a que se destina. Opondo-se aos críticos do sistema, pondera que “sem SUS, não haveria o bem-sucedido e exemplar programa brasileiro de AIDS, a reforma psiquiátrica e as atividades voltadas para articular a pesquisa e a produção industrial de medicamentos e vacinas com as prioridades sanitárias. O Brasil é o único país de renda média com um sistema universal de saúde cujos resultados são exemplares em termos de efetividade de ações universais”. Por fim, vale registrar a principal crítica do estudo ao funcionamento do SUS: as práticas recorrentes, “de todos os governos eleitos após a Constituição”, de concessão de subsídios e/ou deduções fiscais em benefício de empresas privadas de comercialização de planos de saúde, além do já mencionado problema do subfinanciamento do sistema.

No artigo *Educação e heroísmo*, a professora da Universidade Federal Fluminense (UFF) e diretora do Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento, Celia Lessa Kerstenetzky, coloca em questão “dois falsos debates”: melhorar a gestão ou aumentar os recursos da educação; e a importância relativa da educação em um processo

de desenvolvimento equitativo. Ela atesta que o Brasil foi líder em incremento real do gasto público com educação depois da crise internacional de 2009-2011, tendo também exibido crescente desempenho em matemática no exame internacional do PISA/OCDE, entre outros indicadores. Mas alerta que o Brasil continua apresentando taxas muito elevadas de analfabetismo de adultos e de analfabetismo funcional, mesmo se comparado com países da América Latina. E ainda aponta os baixíssimos salários de professores na rede pública, as dificuldades com o financiamento da educação pública (seu artigo é mais um em *Brasil, sociedade em movimento* que menciona o problema da regressividade da carga tributária brasileira) e, premonitoriamente, alerta para a vulnerabilidade de medidas de “ajuste fiscal” (conforme se nota no início do segundo mandato de Dilma Rousseff, diga-se de passagem...).

Encerrando a seção, Luiz Felipe de Alencastro faz, em *O passivo colonial*, um relato histórico da evolução da criação de órgãos e instituições voltadas à causa dos direitos civis da população negra no Brasil, ressaltando os esforços de Celso Furtado, que, quando ministro da Cultura entre 1986 e 1988, deu início a esse processo. Alencastro lembra que a luta contra a discriminação racial assumiu outro patamar a partir de 2003, com a instituição do sistema de cotas para afrodescendentes e indígenas nas universidades públicas brasileiras. Segundo o autor, as políticas de ações afirmativas têm sido reforçadas nos últimos anos (por exemplo, com a criação do sistema de cotas para negros nos concursos públicos federais), com o apoio do STF, apesar de toda a oposição patrocinada por instituições como o partido político DEM e os principais jornais e televisões do país.

A seção seguinte, *Novas formas de viver*, traz reflexões ligadas a programas de transferência de renda

e experiências educacionais. Em *Programa Bolsa Família: oportunidade e experiência da cidadania*, Amélia Cohn lembra que o Programa Bolsa Família (PBF) significou a unificação de diversos programas pré-existentes de transferência de renda. Sugere uma hipótese para a expansão do programa no governo Lula, em comparação com a modesta (palavra deste resenhista) magnitude dos programas que deram origem ao PBF: a partir de 2003, a preocupação do poder público passa a ser mais vasta do que apenas o combate à pobreza, incluindo também o enfrentamento da desigualdade. Cohn enumera forças de oposição ao programa (que ela considera um dos mais exitosos do mundo), presentes tanto dentro da máquina administrativa, quanto na sociedade. A oposição interna se faz principalmente por se entender que o programa deveria se pautar por uma “focalização rígida”, posição que encontra eco em teóricos/pesquisadores conservadores que militam na área social, os quais poderíamos chamar de “pobrólogos”, por se limitarem a descrever e medir o fenômeno da pobreza, sem comprometimento com as mudanças estruturais do capitalismo brasileiro que poderiam fazê-la diminuir consistentemente (e também sem preocupação com mudanças estruturais que pudessem também reduzir a desigualdade). A autora lembra que, em certos segmentos da sociedade, são recorrentes as demandas por medidas “punitivas” para aquelas famílias que não cumprissem todos os condicionantes do programa, “independente dos motivos que as levam a isso”.

Ressalta ainda que o PBF, ao lado do Programa Brasil Sem Miséria (PBSM), retirou milhões de famílias da pobreza e da extrema miséria, para então destacar que ambos os programas deveriam tornar-se um direito social universal, assim como o são a educação e a saúde. Encerra seu artigo alertando para os riscos desses programas diante de eventuais decisões de um ajuste fiscal que viesse a

ser feito pelo governo central. Infelizmente, também esse estudo se mostrou premonitório quando se observa o contexto da política econômica no início do segundo mandato de Dilma.

O artigo seguinte, de Ligia Costa Leite, intitulado *A Escola da Tia Ciata: uma aventura pedagógica* descreve a experiência dessa escola criada quando foi construída a Passarela do Samba. Ligia é professora da UFRJ e diretora da referida escola entre 1983 e 1989. O local, fora da época de carnaval, servia para abrigar as atividades dessa experiência educacional que atendia a jovens entre 12 e 20 anos e conjugava, nas palavras da autora, igualdade e liberdade no ambiente escolar. Os objetivos da Escola da Tia Ciata eram retirar os jovens da rua e aplicar uma pedagogia adequada à dura realidade social dos alunos. Infelizmente, a experiência durou menos de uma década.

Segue-se o artigo *Indústrias criativas X economia criativa: compreendendo a disputa entre modelos de desenvolvimento com base em Celso Furtado*, de autoria de Cláudia Leitão, professora e pesquisadora do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará. O texto inicia-se com uma citação de Furtado exaltando a necessidade de os povos terem não apenas acesso a bens culturais, mas também serem capazes de produzi-los. Destaca a importância do desenvolvimento de capacidade criativa, uma dimensão do processo de desenvolvimento econômico que foi tão original e brilhantemente descrita e analisada por Furtado, embora seja uma questão até hoje relativamente pouco debatida. Daí a importância do artigo de Cláudia Leitão, por recuperar esse debate proposto originalmente por Furtado, já em suas primeiras obras, quando destacava a relevância da cultura para que o processo de desenvolvimento econômico gerasse inclusão social e transformações edificantes na vida das pessoas. A autora lembra que,

mesmo em sua breve passagem pelo Ministério da Cultura, Furtado deixou um legado importante na construção de políticas públicas na área cultural, que também tiveram um impacto positivo para o desenvolvimento local e regional. A autora conclui alertando que é preciso impulsionar a indústria criativa no Brasil, sob a pena de a sociedade brasileira simplesmente sucumbir aos ditames da hegemonia das “indústrias criativas globais”.

Encerra essa seção o texto *Ensino Superior: as escolhas difíceis para uma reforma progressista*, de Reginaldo Moraes, professor no Departamento de Ciência Política da Unicamp. Ele faz severas críticas à comunidade acadêmica brasileira, acusando-a de se opor a reformas inclusivas importantes, mas que, a despeito dessa oposição, foram implementadas nos últimos anos. Entre essas mudanças, Moraes menciona a abertura de cursos no período noturno. Essa postura acadêmica, e a prática do governo federal, nos anos 1990, de restringir os recursos às universidades públicas, acabaram abrindo espaço para uma proliferação de cursos em universidades e/ou faculdades do setor privado, que se beneficiaram com altos lucros, mas não entregaram ao seu público uma formação adequada. A alta rotatividade do setor — nos anos 1990, lembra Moraes, cerca de 40% dos alunos abandonavam seus cursos ainda no primeiro ano —, bem como a precariedade das condições de trabalho para os professores, resultou em uma educação superior de qualidade sofrível, a qual, não obstante, foi fartamente financiada com recursos públicos oriundos do BNDES.

Moraes tece comentários críticos a programas de financiamento estudantil, como Fies e ProUni, a algumas universidades federais que resistem aos cursos noturnos, às escolas ditas filantrópicas, que foram “salvas” pela ampliação dos programas do governo a partir de 2003. Por fim,

conclui que a qualidade do ensino superior em geral deixa muito a desejar, sendo no máximo capaz de cumprir tarefas que deveriam ter sido cumpridas pelo ensino fundamental e, em casos um pouco melhores, pelo ensino médio.

Na seção *Conviver com a Terra* são apresentados seis artigos cuja preocupação comum é a relação entre padrões de consumo, defesa do meio ambiente e da diversidade ecológica, e a ligação desses elementos com o padrão de desenvolvimento econômico.

O artigo do diretor-geral da FAO, José Graziano da Silva, *A nova trindade do século XXI*, destaca que o compromisso político com a segurança alimentar é supranacional e que os países deveriam articular acordos para que os padrões de consumo pudessem ser compatibilizados com a estabilidade dos sistemas ambientais. Destaca o papel da FAO nesse contexto e lembra que o desafio é fazer cumprir o que ele chama de “nova trindade”: produzir mais alimentos, repartir melhor, e fazer tudo isso de forma sustentável. O autor alerta para o fato de que as condições tecnológicas estão prontas para cumprir o acima mencionado desafio, restando a necessidade da negociação política.

Em *Conflitos no campo: mudanças e permanências*, a pesquisadora do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Leonilde Servolo de Medeiros, inicia seu texto denunciando ainda estarem presentes episódios frequentes de violência no campo, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. A autora traça um breve histórico da concentração fundiária no Brasil, desde meados do século XIX, destacando o papel exercido pela Lei de Terras de 1850, que dificultou o acesso da população pobre a terra. Existe um consenso na literatura de história econômica brasileira a respeito desse papel nefasto, com efeitos



sobre o perfil distributivo da economia.<sup>3</sup> Passando pela recuperação do debate a respeito das reformas de base dos anos 1960, que tinham no acesso a terra um de seus pontos basilares, a autora descreve o papel da democratização na luta pela terra e pelos direitos trabalhistas, e também as políticas agrícolas a serem implementadas. Sem deixar de reconhecer importantes avanços, alerta para o fato de que há ainda muito a avançar, notadamente no contexto atual, marcado pela força crescente do agronegócio em uma economia globalizada.

No artigo seguinte, *A sustentabilidade dos sistemas produtivos agropecuários*, os autores Ademar Ribeiro Romero (Unicamp), Junior Ruiz Garcia (UFPR) e Lucília Maria Parron (Embrapa) chamam a atenção para o fato de que, com a crescente preocupação com questões ambientais e o fortalecimento do paradigma de desenvolvimento sustentável, tornam-se mais complexos os interesses relacionados com as demandas por melhorias nas condições capitalistas de produção agropecuária. Ressaltam a importância do papel da Embrapa na avaliação dos processos de modernização agrícola, e denunciam os riscos de práticas monocultoras sobre os ecossistemas em geral, advogando pela necessidade de se renovarem constantemente as práticas e a racionalidade das atividades agrícolas e pecuárias, tendo em seu favor os novos conhecimentos científicos e tecnológicos.

O artigo seguinte, *A competição por alimentos, agroenergia e florestas no Brasil*, de Junior Ruiz Garcia, Ademar Ribeiro Romero e Antonio Márcio Buainain, segue naturalmente a mesma linha de

argumentação, mas com maior ênfase no papel da bioenergia, que “convive com fortes tensões associadas aos riscos de danos ambientais e ao *trade-off* entre produção de alimentos e biocombustíveis, entre segurança alimentar e segurança energética, entre economia e ambiente”. A contribuição dos autores reside na afirmação de que o Brasil tem condições técnicas, climáticas e biodiversidade para se tornar biopotência e ao mesmo tempo celeiro do mundo. Em linha com o artigo anterior, os autores apontam a necessidade do fator político para tornar realidade essa possibilidade.

O artigo *A emergência da abordagem de serviços ecossistêmicos: implicações teóricas e práticas para os economistas*, de Daniel Caixeta Andrade (UFU) e Ademar Ribeiro Romeiro (Unicamp), destaca que, nos anos 1970, o termo “serviços ecossistêmicos” passa a ser usado, em lugar do anterior termo popular “amenidades ambientais”, para promover o interesse pela conservação da biodiversidade. Após a Avaliação Ecosistêmica do Milênio (AEM), realizada entre 2001 e 2005, o conceito de serviços ecossistêmicos adquire maior visibilidade acadêmica e política, contribuindo para uma maior divulgação do conhecimento acerca dos ecossistemas globais. Andrade e Romeiro salientam que existe uma contradição quando esse assunto se insere nos debates sobre a teoria econômica, notadamente se a avaliação do uso dos recursos for feita com base na ideia da alocação eficiente dos recursos.

Por fim, em *Extratativismo: a pedra no caminho do desenvolvimento*, Manuela L. Picq, da Universidad San Francisco de Quito, mostra como o modelo de

3. Em seu livro clássico *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*, Nelson Werneck Sodré aborda o tema com destaque, comparando a realidade brasileira com a dos EUA em meados do século XIX. Da mesma forma, Furtado, em várias obras, também discute o tema. Ver, pelo menos, *Formação econômica do Brasil*. Para uma síntese das visões dos dois autores e uma comparação, ver: DELGADO, G.C. *O setor de subsistência na economia e na sociedade brasileira: gênese histórica, reprodução e configuração contemporânea*. Brasília: Ipea, jun. 2004 (Texto para Discussão n. 1025).

desenvolvimento com base no extrativismo — que, segundo ela, ainda foi mantido no início dos anos 2000, mesmo pelos governos de esquerda eleitos em muitos países da América Latina — é inadequado para os países da região, por reproduzir as seculares desigualdades promovidas no continente desde o período colonial. Ela destaca também a degradação ambiental resultante da produção extrativista e o prejuízo social gerado para os povos indígenas e os pobres do setor rural.

A seção *Alianças e conflitos* reúne sete artigos, dos quais quatro produzidos por pesquisadores estrangeiros, que retratam fatores relacionados à geopolítica mundial e aos padrões de desenvolvimento dos tempos recentes. A seção é inaugurada com o artigo *A re-emergência da China*, de Michael Dunford, professor emérito da School of Global Studies, da Universidade de Sussex. Em um trabalho rico em informações quantitativas e estatísticas, o autor faz uma reconstituição histórica do desenvolvimento econômico da China, ressaltando a excepcionalidade de uma civilização de cerca de 5 mil anos, dos quais metade marcada pela influência do confucionismo e do taoísmo. Em 1949, tratava-se do país mais pobre do mundo. A partir da criação da República Popular da China, e, em especial, de 1979 em diante, quando a Nova China deixou de lado “a política de isolamento”, o gigante asiático trilhou um caminho de forte expansão econômica, sendo responsável pela quase totalidade da redução da pobreza mundial e também pelos indicadores de redução da desigualdade de riqueza entre os países.

O autor ressalta algo que os liberais jamais mencionam: o extraordinário crescimento da China a partir da abertura de 1978 foi em boa medida possibilitado pelo progresso social dos trinta primeiros anos da chamada Nova China. Dunford sustenta que a estratégia de crescimento que promoveu diversas mudanças institucionais e econômicas no

país foi centrada em dois princípios fundamentais: *i*) preservação da integridade do país e da liderança do PCC; e *ii*) estabelecimento de uma economia socialista de mercado com características chinesas e suas tradições confucianas. Assim, os ensinamentos de Confúcio têm efeitos na atuação do PCC, nas características de governança e no funcionamento do aparelho do Estado, com seu sistema peculiar de nomear e avaliar funcionários (servidores públicos), “similar ao sistema tradicional dos mandarins”.

A ação estatal é capaz de promover os programas de crescimento e de escolher alguns setores de atividades selecionados, de tal forma que os objetivos sejam cumpridos conforme o delimitado inicialmente. Foi assim que deu resultado, por exemplo, a paulatina liberalização do mercado, planejada de forma pragmática e progressiva, de tal maneira que, segundo o autor, “a reforma chinesa traz prosperidade sem criar perdedores, embora os proveitos sejam muito desiguais”. Dunford destaca também a rapidez das transformações ocorridas e elenca seus principais problemas, em especial o ambiental e os relacionados às mudanças nos padrões de consumo, o que inclui a cada vez mais preocupante concentração da renda e da riqueza.

O artigo seguinte também retrata o caso chinês e é intitulado *Um dragão nos trópicos*. Seu autor, Marcos Costa Lima, professor da UFPE e, atualmente, membro da diretoria do Centro Celso Furtado, também sustenta seus argumentos em um repertório muito rico de informações quantitativas, além de registrar diversas notas de rodapé que podem ser muito úteis para os pesquisadores da grande potência asiática. Inicia seu artigo lembrando a enorme magnitude de avanços obtidos pela sociedade e economia chinesas, entre as quais a significativa redução da pobreza e os avanços na saúde pública. Comentário interessante salienta — e, neste ponto, se diferencia dos

diversos autores que analisam o impressionante progresso chinês — que muitos dos avanços mencionados ocorreram ainda antes de 1978, ou seja, no período de Mao Tsé-Tung (como a evolução das taxas de investimento). Descreve as mudanças econômicas da era Deng Xiaoping e a introdução, a partir de 2002, de políticas sociais que procuram mitigar os efeitos da desigualdade, com reformas na habitação pública no meio rural.

Costa Lima resgata contribuições de pesquisadores estrangeiros sobre as transformações econômicas chinesas e sobre uma possível “nova normalidade” de sua economia, o que significaria menor ritmo de crescimento e ênfase crescente no consumo interno e em mudanças de composição setorial do PIB em favor do setor de serviços — de resto, algo esperado em um país que já tenha atingido o estágio de desenvolvimento da China.

Essas mudanças econômicas têm efeitos nos demais países. Para o que interessa ao autor, que é discutir a presença da China na América Latina, vale lembrar como se manifesta o comportamento dos investimentos diretos e dos fluxos comerciais, sem olvidar as relações políticas, fundadas especialmente em acordos comerciais e de investimentos. Ele chama a atenção para o impressionante crescimento do comércio chinês com a América Latina, que deve colocar, em breve, o nosso continente como o segundo principal parceiro comercial dos chineses. Com relação específica ao Brasil, o estudo mostra dados que ilustram a extraordinária expansão do comércio com a China e discute seus principais desdobramentos, destacando mudanças nas estratégias de nossas principais empresas, alterações importantes no perfil do nosso comércio exterior (tanto no que se refere aos destinos das exportações como também ao seu perfil, segundo o grau de elaboração dos produtos em termos tecnológicos).

A principal contribuição do artigo de Costa Lima, além da riqueza de dados e de referências bibliográficas apresentados, reside no detalhamento das relações comerciais chinesas com diferentes países da América Latina, o que — lido ao lado dos demais artigos do livro que tratam do fenômeno chinês — fornece ao leitor um quadro bastante completo da principal transformação da economia mundial das últimas décadas: a ascensão chinesa.

O terceiro artigo desta seção, *BRICS: um novo fundo monetário e um novo banco de desenvolvimento*, de Paulo Nogueira Batista Jr., atual vice-presidente do Novo Banco de Desenvolvimento, trata especificamente de um tema mencionado nos artigos anteriores: a criação de novos atores na ordem financeira internacional, como decorrência da ascensão chinesa e de seus efeitos econômicos e estratégicos sobre os demais países ditos emergentes (notadamente os de grande dimensão territorial). A criação dos BRICS é interpretada por Batista Jr. no contexto do esgotamento da institucionalidade definida em Bretton Woods, notadamente no que se refere à capacidade de instituições financeiras unilaterais atuarem no fomento ao desenvolvimento econômico nos países periféricos. A ascensão da China e de outros países periféricos (mas importantes) na ordem econômica mundial deu origem às transformações simbolizadas pela criação do Arranjo Contingente de Reservas (Contingent Reserves Arrangement — CRA) e do Novo Banco de Desenvolvimento (New Development Bank — NDB). O autor ressalta que a atuação do Brasil, em conjunto com os demais BRICS, tem sido a mais importante vertente da política externa brasileira desde o início do governo Lula. Finaliza seu estudo destacando estarmos diante de uma nova ordem internacional, em que países de economia emergente e de grande porte territorial, econômico e populacional tornam-se protagonistas, mas alerta para o risco de a China atuar de maneira imperialista.

O artigo *Fim de um ciclo no continente?*, de Gilberto Maringoni, professor de Relações Internacionais da UFABC, retrata a realidade atual da América do Sul — mais especificamente os desafios que se colocam para diversos países diante da crise que se instalou nos anos recentes e que parece encerrar um ciclo iniciado em 1998, com a eleição de Hugo Chávez como presidente da Venezuela. Maringoni ressalta que, embora as administrações eleitas desde então, integrantes do chamado ciclo progressista ou ciclo reformista ou onda antiliberal, se definam mais pela negação (muitas vezes, segundo ele afirma, acertadamente, mais na retórica do que em ações) do neoliberalismo do que por afinidades programáticas, existem características comuns na turbulência que as vêm afetando, notadamente nos casos das maiores economias da região (Brasil, Argentina e Venezuela): “Escândalos de corrupção, disparada de preços, acusações de autoritarismo, piora dos indicadores macroeconômicos e queda de aprovação popular das respectivas administrações”.

Maringoni prefere, antes de investigar as razões dos mencionados problemas, ressaltar que esses governos progressistas tiveram o mérito de “colocar as demandas sociais no centro da agenda nacional”. A mudança de preços relativos ocorrida com o *boom* das *commodities* definiu o ambiente econômico dominante no período, ampliando o espaço para a adoção de políticas de transferência de renda em favor das classes mais desfavorecidas da hierarquia social. O autor ressalta, porém, que “o surto de prosperidade” não logrou promover mudanças estruturais importantes na realidade econômica dos referidos países, que continuam a ocupar a mesma posição (periférica) na divisão internacional do trabalho. A ausência de projetos nacionais de desenvolvimento redundou na falta de diversificação produtiva. Embora reconhecendo que, na fase de crescimento, a “vida das pessoas pobres de fato melhorou”, o autor se mostra

profético (conforme se pode constatar atualmente, em 2015-2016, quando a bonança dos preços das *commodities* começou a reverter rapidamente) ao alertar que a maioria dos países sul-americanos continua exibindo enormes vulnerabilidades, com as fragilidades de sempre.

No artigo *Ayotzinapa: oligarquia, narcotráfico e o Estado mexicano*, Arturo Guillén, professor e pesquisador da Universidade Autónoma Metropolitana Iztapalapa, denuncia a crescente violência no estado de Ayotzinapa e chama atenção para o risco de o mesmo se tornarem um “narcoestado”. Ele contextualiza as transformações recentes ocorridas no México, à medida que ao antigo modelo de industrialização por substituição de importações seguiu-se um modelo de desenvolvimento neoliberal, o que, no caso mexicano, significou um sistema econômico baseado na exportação de manufaturados (em uma indústria que agrega pouco valor, pois fundamentada especialmente no modelo das maquiladoras) e de produtos primários (principalmente minérios e petróleo).

A particularidade mexicana reside na sua proximidade com os EUA, no que redundou em aumento da emigração (geralmente clandestina) em direção daquele país, notadamente de oriundos das regiões mais pobres do território mexicano. Não obstante (ou por causa da natureza do mencionado “modelo” de desenvolvimento), magnatas mexicanos figuram entre os mais ricos do mundo, ao mesmo tempo que a exclusão social e a crescente delinquência (muitas vezes alimentada pelo narcotráfico) surgem como consequências diretas desse falido modo de acumulação capitalista.

Guillén argumenta que a adesão do México aos ditames do Consenso de Washington, desde meados dos anos 1980, colocou o país na rota de esgarçamento social. Por outro lado, os setores de atividades que

“criaram” o maior número de magnatas mexicanos foram os de telecomunicações, o setor bancário e as atividades relacionadas aos meios de comunicação de massa. Muitos desses setores foram impulsionados pelas privatizações promovidas desde o governo de Salinas de Gortari. Nesse contexto de desmantelamento do aparelho estatal, também os grandes “capos” do narcotráfico encontram espaço para ampliar seus negócios, tornando-se cada vez mais os principais fornecedores de drogas para o grande país vizinho e também para países europeus. Por fim, o autor chama a atenção para a crise econômica e social pela qual passa o México, que tem características estruturais que remontam ao período de adesão irrestrita ao neoliberalismo.

No artigo seguinte, *Comunidades religiosas e crise de legitimidade do Estado no mundo árabe*, o economista e jurista libanês Georges Corm, professor da Universidade Saint-Joseph de Beirute, traça um histórico com que procura lançar luzes para a compreensão dos motivos pelos quais os “Estados criados pelo desmantelamento do antigo Império Otomano estão em crise quase permanente, aberta ou não”. As revoltas deflagradas em 2011 ilustram a gravidade dos problemas que afligem esses países. O autor analisa os conflitos desde a criação do Estado de Israel, em 1948-1949, e assim busca contextualizar o momento atual. Em abordagem que parece bastante original — pelo menos tendo como contraponto o que tem se tornado senso comum na imprensa ocidental —, Corm afirma que o quadro de contínuos conflitos mostra que existe um problema grave no funcionamento e na legitimidade dos Estados árabes. Entretanto, a origem desse problema “não é a existência das diversas comunidades religiosas”. A seu ver, essa ideia é fortemente estimulada pelas tradições da produção intelectual colonial sobre a Questão do Oriente, ou pelos relatos dos viajantes europeus no Oriente Médio. Trata-se de um lugar comum há algumas décadas

— na realidade, desde a última fase da Guerra Fria, quando as três grandes religiões monoteístas foram mobilizadas para acelerar o colapso da URSS. Desde então, essa suposta explicação invadiu a mídia e a maioria dos trabalhos acadêmicos que pretendem esclarecer os conflitos da Síria e do Iraque, mas também do Líbano ou do Iêmen e de Bahrein. O foco na descrição das subidentidades comunitárias no mundo árabe não tem, no entanto, valor explicativo. Para reforçar seu argumento, o autor lembra que nos últimos anos, mais especificamente depois da invasão do Iraque pelos EUA e da crise que assola a Síria, “o comunitarismo religioso causou imensos estragos”. Ele ainda denuncia o desenvolvimento artificial do fanatismo religioso em diversos países, situação que, muitas vezes, se presta a escudar atos de má gestão de altos funcionários públicos, que podem alegar que acusações de adversários são motivadas por rivalidade religiosa. Aprofundando os argumentos acima esgrimidos, o autor esclarece os fundamentos da criação do recente dito Estado Islâmico através dos conflitos religiosos desde sempre latentes, mas recentemente fomentados no Iraque. Finaliza seu ensaio destacando que a origem dos problemas dos Estados árabes reside na divisão discricionária feita pelas potências colonizadoras (França e Grã-Bretanha) ao final da Primeira Guerra Mundial e no fracasso dos processos de industrialização nos principais países, desde o final do século XIX, o que promoveu injustiça social, pobreza e falta de desenvolvimento, e gerou um caldo de insatisfações sociais das quais se beneficiaram líderes políticos inescrupulosos.

A seção se encerra com um artigo de Stuart Holland, intitulado *De volta ao futuro? Retomada global e europeia*, no qual o autor — professor-visitante da Universidade de Coimbra e ex-deputado do Partido Trabalhista britânico — defende a estratégia de um novo *New Deal* para recuperar a economia europeia

(e a mundial, por decorrência). Sua proposta central é que o Banco Europeu de Investimento (BEI) emita obrigações para “que não pesem na dívida pública interna e que aloquem superávits dos fundos de pensão globais e soberanos em programas de investimentos baseados nos critérios já acordados entre chefes de Estado e de governo europeus”. O autor critica a postura de Jean-Claude Juncker, enunciada em 2010 em artigo no *Financial Times*, que, na prática, impede o BEI de financiar os investimentos de recuperação da economia europeia conforme defendido por Holland. Após minuciosa descrição dos recentes desdobramentos da atuação das instituições e autoridades europeias em busca de uma recuperação econômica do continente, o autor compara a situação atual com a dos EUA no início do *New Deal*, sugerindo que o momento europeu (e da economia mundial) é ainda mais grave, mas poderia ser revertido caso houvesse uma coordenação entre os principais países do mundo no sentido de adquirir eurobônus (a começar pelos BRICS) e, assim, abrir espaço para uma recuperação econômica.

A seção intitulada *Desenvolvimento, trabalho e poder financeiro* é iniciada com o artigo de José Antonio Ocampo, ex-subsecretário geral da ONU para Assuntos Econômicos e Sociais (2003-2007) e atual professor da Escola de Assuntos Internacionais e Públicos da Universidade de Columbia. Seu artigo, *Os desafios atuais do desenvolvimento latino-americano*, discute os efeitos da recente valorização cambial e do aumento dos preços das *commodities* sobre a expansão da economia da América Latina no começo do século XXI. Ele destaca que, após um período de significativa redução da pobreza e de melhoria na distribuição de renda, tudo começou a mudar a partir de 2014 com a reviravolta da economia mundial determinada pela forte desaceleração da economia chinesa, o que teve impacto nos preços de produtos primários e deteriorou as expectativas de desempenho das economias dos países centrais,

gerando um cenário de pessimismo em toda a economia mundial. Mais do que descrever esse cenário (de resto sobejamente conhecido de todos), o autor coloca algumas questões estruturais importantes que devem ser avaliadas como desafios para a economia latino-americana nas próximas décadas. Conforme também ressaltaram diversos outros artigos do livro, Ocampo destaca que os níveis de desigualdade, embora tenham caído na maioria dos países do continente, ainda continuam bastante elevados. Também traz para a discussão o problema da desindustrialização e da reprimarização da pauta exportadora. Elenca o que, para ele, representa os três desafios principais para a economia da região: adotar políticas anticíclicas mais consistentes, efetuar programas de recuperação da atividade produtiva (especialmente a industrial) e tomar medidas que tornem consistente a redução dos ainda altos níveis de desigualdade que vigoram nos países latino-americanos.

As recomendações de Ocampo revelam-se um libelo do pensamento furtadiano, notadamente quando sugere que os países em tela deveriam dar maior importância ao mercado interno e ao que ele chama, muito apropriadamente, de “mercado interno ampliado”, o que significa um mercado que abarque uma revitalizante integração dos fluxos comerciais e de cadeias produtivas entre os países do continente sul-americano. Por fim, mas não menos importante, o autor sugere um esforço estruturante de diversificação das exportações, não apenas no que se refere a uma ampliação do intercâmbio, como também uma sofisticação tecnológica dos produtos exportados.

Fernando J. Cardim de Carvalho inicia seu artigo, *Desenvolvimento e inserção internacional*, com uma reflexão sobre o conceito de subdesenvolvimento de Furtado. Lembra que o mestre não interpretava o subdesenvolvimento como um estágio de passagem para uma situação superior, de desenvolvimento, mas como uma situação em que o país subdesenvolvido se

caracterizava por uma inserção subordinada à ordem econômica mundial, marcando uma clara divisão internacional do trabalho. Essa postulação estava na base do pensamento estruturalista, o qual teve Raúl Prebisch e o próprio Furtado como precursores. Cardim de Carvalho lembra que já nos primeiros trabalhos de Furtado se encontrava a ideia de que a industrialização não seria suficiente para superar a condição de subordinação estrutural característica do subdesenvolvimento. Isto não queria dizer, porém, que a industrialização não deveria ser buscada, uma vez que a mesma é considerada necessária para promover o desenvolvimento e reduzir sistematicamente o atraso social e as desigualdades.

Depois de um longo período de importantes transformações produtivas, seguido de uma fase também longa de relativa estagnação (crise da dívida externa e fase da abertura comercial sem projeto de desenvolvimento, nos anos 1990), chegamos ao século XXI com forte crescimento de exportação de matérias-primas e balanço de pagamentos apontando uma melhoria conjuntural. “Mudou o comprador, mas a posição (e as vulnerabilidades engendradas por ela) não é muito diversa da experimentada no passado”, pondera Cardim de Carvalho. Ele formula uma crítica ao receituário liberal e à crença de que a estabilização de preços seria suficiente para lograr outras transformações estruturantes na atividade econômica. Sustenta que, no governo Lula, a tentativa de recuperar o protagonismo da atuação estatal em prol do desenvolvimento (dá como exemplo a atuação do BNDES) não conseguiu superar o desmonte herdado do período “liberal”, embora seja

digna de registro a retomada das políticas sociais compensatórias.

Ressalta a dificuldade de a economia brasileira superar a prática de taxas de juros muito elevadas que a vem caracterizando desde meados dos anos 1990 (e que não foi diferente, na essência, no período Lula). Denuncia e lamenta uma faceta muito importante da ação estatal, simbolizada pela mudança de atribuições dadas ao Ministério do Planejamento, o qual, criado por Furtado no governo Goulart com o claro objetivo de conceber e implementar políticas desenvolvimentistas, tornou-se mero gestor de finanças públicas (muitas vezes devotado quase que exclusivamente à medíocre tarefa de escolher rubricas a serem eliminadas, em recorrentes políticas de ajuste fiscal — exceto para corte de pagamentos de juros para os rentistas...). Por fim, chama a atenção para a necessidade de o Brasil superar o círculo vicioso que só contempla os interesses do capital financeiro (nacional e internacional). Para superar todas estas dificuldades “é preciso ter uma estratégia, ter um plano. Essa é a segunda (de muitas) lição crucial deixada por Celso Furtado”.

*Entre o Consenso de Washington e o Consenso Asiático: o Brasil em um mundo em transição*, de Javier Vadell e Leonardo Ramos, professores de relações internacionais da PUC de Minas Gerais e coordenadores do Grupo de Pesquisa sobre Potências Médias, é o próximo artigo. O trabalho tem o mérito de propor uma nova conceituação teórica do momento vivido pela ordem internacional, em que potências médias assumem crescente protagonismo. Ao cunharem o conceito de Consenso Asiático,<sup>4</sup> os

4. Diversos outros trabalhos dos autores apresentam e discutem o conceito de Consenso Asiático, sendo os principais os seguintes: VADELL, J. A.; RAMOS, Leonardo; NEVES, P. H. The international implications of the chinese model of development in the Global South: Asian Consensus as a network power. In: *Revista Brasileira de Política Internacional* (Impresso), 2014; VADELL, J.A. Las implicancias políticas de la relación China-América Latina: El Consenso Asiático como rede de poder global y el caso brasileño. In: *Comentario Internacional*, vol. 14, p. 75-90, 2014 e também, numa variante, VADELL, J. A. The North of the South: The geopolitical implications of pacific consensus in South America and the brazilian dilemma. In: *Latin American Policy*, vol. 4, p. 36-56, 2013.

autores não apenas se contrapõem ao antigo conceito de Consenso de Washington, como propõem uma nova forma de interpretar a ordem internacional, que abre espaço para a emergência de novos atores no cenário geopolítico (desde que tenham projeto e estratégia, conforme, aliás, foi também destacado no ensaio anterior). Vadell e Ramos destacam a criação de duas novas instituições, uma vez consolidado o bloco dos BRICS: *i*) o Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS (NBD); e *ii*) o Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura (BAII). Ambos refletem o novo papel da China na ordem internacional, tornando obsoletas as instituições criadas em Bretton Woods. O objetivo do ensaio é discutir “como a criação dessas novas instituições abre oportunidades para o Brasil neste contexto de transição”. Além da inadequação institucional do aparato construído em Bretton Woods e da nova realidade geopolítica, há também a contradição entre uma ordem econômica moldada por uma riqueza crescentemente financeirizada e a lógica que define as características dos investimentos em infraestrutura, cada vez mais necessários.

O Brasil — ponderam os autores — precisa de habilidade geopolítica para ter acesso aos recursos do BAII, que, em princípio, é voltado para investimentos em infraestrutura no continente asiático. Como membro fundador (o único país do hemisfério americano nessa situação, dizem os autores) dessa instituição (e também do NBD), o Brasil precisa conseguir articular — soberanamente — seus interesses aos interesses chineses aqui e na própria Ásia.

Em *Energia e desenvolvimento: a necessária transição para um novo modelo de desenvolvimento*, André Tosi Furtado mostra uma visão mais abrangente do que a normalmente encontrada em escritos de economistas a respeito do papel e da importância da energia na sociedade contemporânea. Critica a visão de que o consumo energético

*per capita* foi e vem sendo considerado sinônimo de desenvolvimento, notadamente a partir do uso de fontes não renováveis de energia — situação que ocorre, em escala crescente, a partir do advento da Revolução Industrial. Nos tempos atuais, os desafios ambientais e geopolíticos exigem uma revisão crítica dessa postura e um esforço, em todos os países, pela construção de uma nova malha energética.

O autor apresenta dados elucidativos a respeito das singularidades do caso brasileiro. A primeira delas é a expansão do uso do petróleo em contexto de industrialização baseada na indústria automobilística e de transportes terrestres, numa sociedade marcada por acentuada concentração de renda. A segunda singularidade é que a matriz energética brasileira tem expressiva presença de recursos renováveis, o que explica ser a energia elétrica predominantemente derivada de fonte hidráulica. O advento do primeiro choque do petróleo concitou o Estado brasileiro a promover uma diversificação das fontes de energia, o que levou ao êxito do Proálcool e à queda do consumo de petróleo, que, segundo o autor, recuou 15% entre 1979 e 1984. Ele lamenta que a trajetória de substituição do petróleo tenha sido revertida. No que se refere à energia de fonte hidrelétrica, o modelo para o setor elétrico implementado em 2003, segundo o autor, viabilizou também uma retomada da oferta. Dessa forma, o peso relativo da energia renovável ampliou-se, na oferta interna do Brasil, entre o início dos anos 2000 e 2008, quando a crise financeira “afetou negativamente as duas principais fontes renováveis modernas”. Fatores financeiros, falta de coordenação de alguns projetos, ausência de matérias-primas (especialmente no caso do bioetanol brasileiro) e problemas do clima estão entre as explicações para essa crise nas duas principais fontes de energia renovável, com o que tem aumentado a necessidade de fontes complementares.



O autor conclui seu artigo revelando preocupação com a trajetória das duas principais fontes de energia renováveis e arguindo que mesmo a pronunciada (e recente) expansão da oferta de energia eólica não pode compensar os efeitos negativos recentes sobre as duas principais, acima mencionadas. Mais incisivamente, lamenta e critica a crescente dependência do país pelo automóvel e pelo transporte rodoviário, ao lado da falência do sistema de transporte público nas cidades brasileiras, o que, além de deteriorar o perfil de oferta e demanda de energia, ainda promove uma enorme ineficiência energética, afetando o aparelho produtivo e os custos financeiros das famílias. Isso coloca o Brasil na contramão do que acontece na maioria dos países, o que é especialmente lamentável, pois, no caso brasileiro, há potencial para que tenhamos liderança no cenário de transição energética mundial.

O artigo *Trabalho e tecnologia na era do Google: ciência, reposicionamento do trabalho e desafios para a periferia*, de Eduardo Motta e Albuquerque, do Cedeplar-UFMG, discute o papel da ciência e da tecnologia nas transformações capitalistas de longo prazo. O autor pondera que, como decorrência das recentes transformações do capitalismo, o que tem havido, na verdade, é uma alteração da composição do conjunto do trabalho (cabe aqui, segundo suas formulações, o conceito de “trabalhador coletivo”, de Marx), entre o trabalho manual e o trabalho coletivo. Esse reposicionamento também afeta a divisão internacional do trabalho, “configurando um mundo no qual alguns países concentram-se no polo do trabalho intelectual, enquanto outros conservam a carga do trabalho manual”.

Albuquerque destaca o Google como símbolo dessa nova fase do capitalismo. O Google decorre, em primeiro lugar, da existência da internet (*World Wide Web*), criação consolidada em 1991 e que teve como origem o trabalho de um cientista

da computação (Tim Berners-Lee). Além disso, o Google deriva (no caso, nos EUA) de um “sistema universitário bem-dotado e qualificado, e de financiamento público para iniciativas de pesquisa”. E, ainda, o Google desfruta de outros fatores: um amplo sistema de financiamento de apoio à inovação; um sistema econômico em que as atividades de publicidade desempenham papel importante e rentável; uma “sólida infraestrutura de informação”, que abre espaço para a geração de valor a partir da produção da informação; o fato de ter surgido em uma economia internacionalizada por excelência, na qual o trabalho intelectual assume um papel cada vez mais central. Albuquerque nos brinda ainda com um comentário muito original, que ilustra os novos tempos de maneira arguta, comentando o que a criação do Google significa: “[...] desde que a expansão do capital envolveu quase todos os continentes, foi criada uma nova região para a acumulação de capital: o mundo digital, com a internet mundial como novo continente”. Por fim, alerta para os desafios que se colocam para o movimento social e o sindical, perguntando-se, de forma provocativa, por que não houve redução radical do tempo de trabalho após esse longo período de ganhos de produtividade perpetrados pela ascensão do trabalho intelectual. Fica registrado o convite a pensar, formulado pelo autor, a respeito da necessidade de os países periféricos criarem condições para formular sistemas nacionais de informação diante do cenário descrito pelo que simboliza a criação do Google.

Em *Crise do sindicalismo?*, Adalberto Cardoso coloca um questionamento a afirmações de que o sindicalismo brasileiro estaria em crise e — mais ainda — teria sucumbido (teria sido “cooptado”) aos governos do PT. O autor é diretor e pesquisador do Iesp (Instituto de Estudos Sociais e Políticos), e toma os dados de 2012 (então os mais atuais), organizados pelo Dieese, para demonstrar o vigor do movimento sindical

brasileiro, medindo pelo número de greve realizadas e pelo fato de que naquele ano 90% das negociações coletivas lograram aumentos salariais acima do INPC (ou seja, acima da inflação oficial). Obviamente, esses dados foram favorecidos pelo aquecimento econômico então presente na economia brasileira, mas é a partir dessas informações e de uma análise dos desdobramentos políticos e da política sindical de então que o autor desenvolve seus argumentos. Cardoso lembra que a CUT e suas lideranças chegaram ao poder junto com Lula e o PT, e a seguir afirma, com base em uma adaptação de uma citação de Vargas, que os trabalhadores (a partir da eleição de Lula) *são* o governo. Esse momento então estaria marcado pela “gestão do capitalismo pelos trabalhadores”. Assim foram desenvolvidos argumentos para afirmar que a CUT não foi cooptada pelo governo, para, logo a seguir, surpreendentemente reconhecer que a reforma previdenciária dos servidores públicos não foi combatida pela CUT, no que teria resultado a saída “de importantes sindicatos de servidores federais da Central”.

O autor procura destacar contradições existentes no movimento sindical, que de alguma forma foram acentuadas desde que o PT venceu as eleições de 2003. Pondera (atenuando o enaltecimento anterior à “vitória dos trabalhadores”) que, em um presidencialismo de coalizão, estar “no comando” (sic) do governo “não confere poderes irrestritos”. Argumenta que, na prática, sindicalistas tendem a não se empenhar por mudanças na legislação que rege a atuação sindical em um contexto no qual eles mesmos têm se beneficiado. Também os empresários tampouco teriam muito interesse em mudar a legislação sindical, pois, para eles, a competitividade externa estaria mais determinada por aspectos econômicos relacionados ao câmbio e aos investimentos em infraestrutura do que aos custos trabalhistas. O autor ainda fundamenta seus argumentos lembrando que o ordenamento da legislação que define a atuação dos sindicatos e das centrais sindicais

“favorece a manutenção e mesmo o aumento da fragmentação da representação sindical na base, aliados ao crescimento concomitante das centrais sindicais”. Dessa forma, aponta que esse arranjo legal tende a promover o protagonismo das centrais sindicais e estimular a pulverização de novos sindicatos (muitas vezes com pequeno ou irrisório número de filiados), pois essa enorme quantidade de sindicatos criados não prejudica a divisão do imposto sindical entre as seis centrais sindicais existentes.

No ensaio *O Nordeste e a questão federativa*, Jair do Amaral Filho (UFCE) descreve a trajetória da economia nordestina no período 2002-2010, cujo desempenho esteve acima da média nacional. O autor se remete às formulações teóricas dos dois mais importantes estudiosos das questões regionais brasileiras, Furtado e Francisco de Oliveira, que desde os anos 1950 já formulavam reflexões e estudos sobre a questão da unidade nacional. Enquanto Furtado falava em “constelação de pequenos sistemas econômicos isolados”, Oliveira tratava de “arquipélago” de regiões isoladas — ambos, na verdade, tratavam de discutir como o federalismo brasileiro, no contexto do desenvolvimento econômico do país naquele período, promoveria uma verdadeira unificação do território e consagraria a unidade nacional que não existia no período da economia primário-exportadora. O próprio conceito furtadiano de “deslocamento do centro dinâmico”, que expressa as transformações econômicas ocorridas a partir da crise de 1929 e a resposta (heterodoxa) que as elites econômicas (lideradas pela nova coalizão política que assumiu o poder com Vargas em outubro de 1930) deram à referida crise, representa uma descrição do processo de superação da economia primário-exportadora em favor do período que passou a ser denominado de industrialização por substituição de importações, que ali se iniciava. Amaral Filho lembra a atuação de Furtado como diretor regional do BNDE e chefe do Grupo de Trabalho do Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que culminaria com sua ação,

junto a JK, para a criação da Sudene, em 1959. Furtado era, então, um crítico das políticas que se realizavam no Nordeste, normalmente resumidas a ações assistencialistas que, na prática, reforçavam os problemas estruturais, ao invés de minimamente encaminhar uma solução para o atraso da região.

O autor sublinha que a atitude de JK, ao criar a Sudene, bem como a de Vargas, ao criar o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em 1951, representaram um esforço para enfrentar a enorme desigualdade regional. Os militares também tiveram a mesma preocupação (embora com motivações políticas diferentes, evidentemente), notadamente com o II PND (e incorporaram também as regiões Norte e Centro-Oeste nos benefícios fiscais concedidos). A partir da crise fiscal dos anos 1980 e da ideologia reinante nos anos 1990, houve um processo de abandono das políticas federais de incentivo a ações estruturantes em favor da superação das desigualdades regionais, substituídas pontualmente por esforços não articulados de ações estaduais.

A intervenção federal que vigorou nos anos 1950 a 1970 teve resultados diversos. A região Norte obteve relativo sucesso, fruto da implementação da Zona Franca de Manaus. A região Centro-Oeste conseguiu dinamismo, apesar da ausência de uma base industrial importante. O autor pondera que a região Nordeste, porém, a despeito de ter vivenciado importantes mudanças de sua estrutura produtiva, ainda não conseguiu superar o quadro de pobreza e desigualdade social que sempre a caracterizou, da mesma forma que não conseguiu ainda reduzir a diferença de seu PIB *per capita* em relação ao PIB *per capita* da região Sudeste. O autor conclui lembrando

que o governo Lula não teve uma política explícita de enfrentamento das desigualdades regionais, embora estas de alguma forma tenham se reduzido com políticas sociais (em especial, a de recuperação do valor real do salário mínimo) que acabaram tendo efeitos mais significativos justamente nas regiões mais pobres do território nacional.

O artigo seguinte, *Poder financeiro e submissão política*, da acadêmica e ativista política Susan George, presidente honorária da ATTAC-France, denuncia o crescente poder econômico e financeiro de empresas e bancos na globalização financeira das últimas décadas. Lembra que, após a crise econômico-financeira de 2007-2008, ainda não foram criados mecanismos de controle e/ou regulação contra novas crises. Pior, as mesmas tornam-se, no cenário de globalização financeira, cada vez mais contagiosas, não se restringindo aos países onde são deflagradas. George ressalta que o principal efeito da crise de 2007-2008 foi o aumento da desigualdade na maioria dos países e também entre eles. Lembra que um dos fatores de promoção da desigualdade se deveu ao elevado aporte de recursos que Estados fizeram para salvar instituições financeiras ou produtivas falidas, e cita o caso do Bank of England, que despejou US\$ 14 trilhões para “salvar os bancos de seus próprios erros”.

A contribuição de Susan George é muito interessante por colocar em perspectiva histórica o processo que E. Helleiner<sup>5</sup> chamou, havia alguns anos, de “desregulamentação competitiva”, ao analisar as mudanças ocorridas nos anos 1990, nos EUA, desmontando regulações no sistema bancário e financeiro desde a época do *New Deal*. Nas conclusões, a autora aponta algumas dificuldades inerentes à realização de

5. Ver, por exemplo, pelo menos as seguintes obras: HELLEINER, E. (1994). *States and the reemergence of global finance: from Bretton Woods to the 1990s*. Ithaca, EUA: Cornell University Press; HELLEINER, E. (1995a). *Great transformations: a polyanian perspective on the contemporary global financial order*. In: *Studies in Political Economy*. Ottawa (Canadá), n. 48. Autumn 1995.

reformas da atual ordem internacional, destacando a hegemonia do discurso de austeridade fiscal e a (correlata) dificuldade de os governos arrecadarem impostos dos grupos econômicos mais elevados, notadamente porque os respectivos parlamentos dos principais países se compõem de representantes desses segmentos econômicos mais altos.

No último artigo desta seção (e do livro), o professor da FGV-SP, Luiz Carlos Bresser-Pereira, apresenta os conceitos do novo-desenvolvimentismo. *Um terceiro desenvolvimentismo na história?* traz, antes de tudo, uma defesa da social-democracia e do Estado de bem-estar social, seguida da apresentação de conceitos de sua teoria, que vem sendo divulgada há alguns anos na academia brasileira e já foi alvo de resenha muito bem feita pelo prof. José Luís Oreiro na edição número 15 deste *Cadernos do Desenvolvimento*.

O Posfácio de *Brasil, sociedade em movimento*, redigido pelo diretor-presidente do Centro Internacional Celso Furtado, senador Roberto Saturnino Braga, além de agradecer aos autores dos artigos pela contribuição prestada, lembra o papel exercido pelo Centro Celso Furtado e todas as suas realizações nestes primeiros dez anos de vida no debate dos grandes temas nacionais. O senador Saturnino, na essência, faz uma apaixonada exortação à ação política como forma de enfrentar os desafios que se colocam para o nosso país no delicado momento atual.

§